

Choque-2, o primeiro teste dos líderes

LEONARDO MOTA NETO
Repórter Especial

As novas lideranças do Governo no Congresso e na Constituinte terão seu primeiro teste de coesão no período abril-maio, quando o presidente Sarney tomar a decisão de enviar ao Poder Legislativo os projetos de lei que englobarão o segundo choque heterodoxo da Era Cruzado. Haverá necessidade de uma firme compactação dos líderes, pois o Governo dificilmente utilizará a opção do decreto-lei, preferindo a negociação política com as lideranças dos partidos.

O segundo choque já está decidido. Virá certamente depois da reforma ministerial que deverá ocorrer em meados de março. Será um choque à Israel, mudando, portanto, a metodologia, pois o primeiro foi à Argentina. Seu rigor será maior do que o do primeiro choque, pois será adotado após um surto de hiperinflação, anarquia financeira em nova ciranda e taxas de juros descontroladas. Haverá necessidade de um firme apoio das lideranças políticas do Governo, para que o "choque israelense" não seja contaminado pelo espírito "libanês" das minorias da Constituinte, que dali tentam exportar para o Senado e a Câmara regulares, que administrarão o contencioso das leis ordinárias do País, o espírito da tutela sobre o Estado.

O "choque israelense" será um cadinho de fórmulas heterodoxas em política econômica que envolverão um novo congelamento, que advirá após o realinhamento geral dos preços. O congelamento-2 não sofrerá as mesmas injunções do primeiro, pois o aparato de leis de que o Governo dispõe para regular a fiscalização — derivado da Lei Delegada nº 4 — está sendo aperfeiçoado pela Consultoria Geral da República, que não prevê decretos-leis. Haverá um sistema inteiramente modernizado de controle, fiscalização e gerência do abastecimento, sob o novo congelamento, cuja eficácia nada tem a ver com a equivocada estratégia do primeiro choque, via Sunab.

Para tanto, o consultor geral da República, o jurista Saulo Ramos, tem se dedicado diuturnamente à elaboração dos textos legais, que darão ao Governo uma instrumentação moderna e ágil para o novo choque. As mensagens do Governo ao Congresso regular serão enviadas em tempo, por decisão única do presidente Sarney, tão logo sejam definidas e entrosadas as novas lideranças políticas. Certamente,

o presidente Sarney dará ciência antecipadamente aos líderes, em reunião do Conselho Político, da nova estratégia econômica do Governo.

O segundo choque, o "israelense", está sendo articulado pelos ministros econômicos — agora, mais com o sr. Dilson Funaro, com a doença do ministro João Sayad — mas com plena audiência da Consultoria Geral da República, para que não sejam repetidas as falhas jurídicas e administrativas do primeiro choque. Não raro, o sr. Saulo Ramos passa horas perdidas da noite, junto aos procuradores de sua Consultoria, examinando legislações e a Constituição vigente, para retirar do procedimento legal os embaraços provenientes de anteprojetos imperfeitos. Um desses procuradores, Luiz Artur, é perito em temas constitucionais, e a par de uma invejável memória, presta informações rápidas sobre artigos constitucionais de interpretação duvidosa.

Esse trabalho da Consultoria, expurgando os textos de decretos que chegam da área econômica de suas impurezas jurídicas, às vezes não obtém sucesso, apesar de todos os controles: bastou que o sr. Saulo Ramos fizesse uma viagem de férias, há pouco tempo, para que a Presidência da República fosse induzida em erro pela área econômica, com a assinatura de um decreto que continha como referência o cruzado, e não a OTN, erro este que virá onerar em muito a dívida pública interna.

O "choque israelense" significa, para o Governo, não uma cartada definitiva, apesar da hiperinflação. A economia, como uma ciência não exata, não reflete para o Palácio do Planalto um fatalismo de descontrole geral das rédeas do processo econômico. No entender de pessoas do círculo presidencial, todos os governos passaram por essas dificuldades, uns maiores, outros menores. De certa forma, o Governo esperará que recrudesçam os fatores de instabilização econômica e financeira para adotar um choque drástico, alimentando o atual status quo até uma curva à frente da insuportabilidade.

O Governo espera a ampla adesão da opinião pública, para o seu segundo choque, ante a visão dos estragos pela inflação no bolso do povo. Espera que o PMDB faça dessa pregação, em torno de um choque corretivo, a sua ampla comprovação de que está no Governo, e com ele é solidário.